

A Estrutura da Ação Social: argumentos centrais

1. “A teoria social clássica foi incapaz de oferecer uma explicação da ação, nos termos de uma epistemologia racionalista e positivista, e uma explicação da ordem social sem contradizer suas próprias premissas.”
2. Tese da convergência;
3. Centralidade dos *valores* (elementos normativos): fatores seletivos dos meios e fins da ação.

A Teoria Voluntarista da Ação

Quadro referencial da ação:

“uma diferenciação mínima dos elementos estruturais: fins, meios, condições e normas. É impossível ter uma descrição significativa de um ato sem especificar esses quatro elementos, pois a omissão de qualquer um deles deixaria a descrição indeterminada, assim como aconteceria em relação às propriedades mínimas que constituem uma partícula. Em segundo lugar, nas relações entre esses elementos está implícita *uma orientação normativa* da ação, isto é, um caráter *teleológico*. A ação precisa sempre ser concebida como algo que envolve um *estado de tensão* entre duas ordens diferentes de elementos, os *normativos* e os *condicionais*. Enquanto um processo, a ação é, de fato, um processo de alteração dos elementos condicionais na direção de uma conformidade com as normas. A eliminação desse aspecto normativo também eliminaria o próprio conceito de ação, conduzindo à *posição positivista radical*. A eliminação das condições, isto é, das tensões provocadas por isso, também eliminaria a própria ação, resultando em um *emanacionismo idealista*. Portanto, é possível conceber as condições como estando situadas em um dos polos da ação, os fins e as regras normativas no outro, enquanto os meios e o esforço são os elos que os vinculam.” (EAS, p. 918)

Sistema Teórico Utilitarista

Características centrais:

i) Atomismo: “forte tendência a considerar sobretudo as propriedades dos atos-unidades conceitualmente isolados e a inferir as propriedades dos sistemas de ação apenas por um processo de generalização direta das anteriores.”

“O efeito geral dos elementos individualistas da tradição cultural europeia... foi uma ênfase na distinção dos vários indivíduos que compõem uma sociedade, particularmente com relação a seus fins. O resultado foi a inibição da elaboração de algumas das possibilidades mais importantes da Teoria da Ação, ou seja, aqueles que têm a ver com a *integração dos fins em sistemas*, especialmente aqueles que envolvem uma pluralidade de atores. A tendência foi, ao contrário, concentrar-se, para objetivos analíticos, no próprio ato-unidade e desconsiderar totalmente as relações entre os fins dos vários atos de um sistema...” (p. 92)

Sistema Teórico Utilitarista (ii)

Características centrais:

ii) Racionalidade:

“ação é racional na medida em que se considere que, por parte do ator, ela é guiada por um conhecimento científico – ou pelo menos cientificamente válido – das circunstâncias de sua situação.”

“a ação é racional na medida em que ela busca fins possíveis dentro das condições da situação e por meios que, entre aqueles disponíveis ao ator, são intrinsecamente mais bem adaptados ao fim por razões passíveis de serem compreendidas e verificadas pela ciência empírica positiva.”

Sistema Teórico Utilitarista (iii)

Características centrais:

ii) Empirismo:

⇒ os sistemas de ação concretos são vistos como meros agregados de tais atos-
unidade racionais;

iv) Aleatoriedade dos fins:

“se o sistema concreto for considerado como passível de análise exclusivamente em atos da unidade racional, segue-se que... não há nada na teoria que trate das *relações mútuas entre os fins*, ela só trata da relação meios/fins.” (p. 96)

Sistema Teórico Utilitarista (iii)

Dilema utilitarista:

“[O] pensamento positivista fica preso no ‘dilema utilitarista’. Ou seja, ou a ação ativa do ator na escolha dos fins é um fator independente na ação e, nesse caso, o elemento fim deve ser aleatório; ou a objetável implicação da aleatoriedade dos fins é negada, então sua independência desaparece e eles são assimilados às condições da situação, isto é, aos elementos analisáveis em termos de categorias não subjetivas, principalmente hereditariedade e meio, no sentido analítico da teoria biológica.” (p. 102)

Quais são os polos do dilema?

Indeterminação

=> impossibilidade de explicar a ordem social

vs.

Determinismo

=> Eliminação do voluntarismo da ação

O Problema da Ordem

“O sistema da teoria social de Hobbes é quase um caso puro de utilitarismo... A base da ação humana encontra-se nas ‘paixões’. Estas são fins aleatoriamente variáveis e separados da ação... Na busca desses fins os homens agem racionalmente, escolhendo, dentro das limitações da situação, os meios mais eficientes.” (p. 132)

“Uma sociedade puramente utilitarista é caótica e instável porque na ausência de limitação ao uso dos meios, particularmente a força e a fraude, ela deve, pela natureza do caso, desfazer-se em uma luta ilimitada pelo poder; e na luta pelo fim imediato – o poder – qualquer perspectiva de realização do fim último, daquilo que Hobbes chama de paixões diversas, está irreparavelmente perdida.” (pp. 135-6)

O Problema da Ordem (ii)

Aspectos do problema:

- i) Em relação aos *fins*, fins subjetivamente visados são aleatórios => conflitos;
- ii) Em relação aos *meios*, atores racionais, na ausência de impedimentos externos, recorrerão à força e à fraude na busca de seus interesses.

Solução hobbesiana: ordem é resultado da coerção externa.

O Problema da Ordem (iii)

Solução parsoniana:

- i) Em relação aos *fins*, os *elementos normativos* encontram expressão como os fins últimos da ação => ideais ou crenças internalizadas que são percebidas como “fins em si mesmos”. Por serem comuns aos membros de um grupo, operam como fatores integrativos;
- ii) Em relação aos *meios*, os elementos normativos estão incorporados em *sistemas regulatórios* que proscvem a força e a fraude como meios para a consecução de fins, exercendo “autoridade moral” sobre os indivíduos que a eles aderem por “respeito” ou por um “sentimento de obrigação”.